

 <p><i>Fundado no Sesquicentenário da Batalha do Seival</i></p>	<h1>O GAÚCHO</h1> <p>ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO INSTITUTO DE HISTÓRIA E TRADIÇÕES DO RIO GRANDE DO SUL</p> <h2>20 anos do IHTRGS</h2>
	<p><b>Ano 2007</b> <span style="float: right;"><b>Nr 49</b></span></p>

### **12 DE SETEMBRO DE 1963: O LEVANTE DE BRASÍLIA**

#### **Um testemunho e algumas observações - Ary dos Santos**

(O autor é Cel Inf da Reserva - Turma de 1958)

Corria o ano de 1963. O quadro político-social brasileiro era, mais do que indefinido, extremamente confuso. Na área militar, a situação era intranquã pelas ações e omissões de um Governo que pouco produzia e, quando falava, somente se externava por ideais e símbolos da esquerda que arrastavam muitos incautos, com idéias falsas e, como sempre, com objetivos eleitoreiros.

Em Brasília, na época já capital, de direito, mas ainda não integralmente de fato, era esse o clima, por volta de agosto. A única Unidade do Exército aproximadamente completa na Capital era o Batalhão da Guarda Presidencial (BGP), herdeiro histórico do "Batalhão do Imperador", que respondia pela segurança de todo o Distrito Federal valendo-se, para o cumprimento dessa extensiva e intensiva tarefa, do sistema de dupla-incorporação e do esforço de seus quadros para atender a todas as imposições. No quartel ao lado, onde se ergue o Batalhão de Polícia do Exército (BPE), agrupavam-se núcleos não só daquele futuro batalhão mas também de outras Unidades que iriam, com o tempo, enriquecer o efetivo militar do DF, além de um grupamento de pára-quedistas deslocados para Brasília a título de reforçar a segurança.

Na segunda quinzena de agosto, seca no auge, os oficiais do BGP, além de suas tarefas normais, foram chamados a atuar como Comandantes de frações de valor variável, inclusive dirigindo viaturas, para responder pelo patrulhamento das cidades satélites, tendo em vista que a Polícia Militar fora afastada dessa atividade em face de graves problemas ocorridos em algumas situações de conflito. Toda essa etapa de agitações, conduzidas e/ou induzidas pelos líderes locais da esquerda, concluiu, na noite de 03 de setembro, com uma concentração na Praça 21 de Abril, na Avenida W-3.

Como vários outros colegas, participara de todas essas atividades e preparava-me para alguns dias mais calmos quando, na madrugada de 04 de setembro, recebi um

telefonema de São Paulo, avisando-me ser iminente a chegada do meu primogênito. Somente graças à boa-vontade de todos – pois na época não existiam cheques especiais, cartões e nem mais do que dois vôos diários para a capital paulista - consegui, via Rio, ver meu filho por volta das 14 horas, já com 6 horas neste mundo.

Terminados os dias de dispensa a que fazia jus pela legislação, retornei à Brasília, pela tarde de 11 de setembro, em um vôo que, mais compatível com meus proventos, fazia duas ou três escalas. Um incidente com o aparelho, deixou-me em São José do Rio Preto, onde a muito custo, consegui concluir, via Goiânia, o vôo para o DF, onde cheguei já à noite. Depois de um banho reconfortante e algumas providências para o dia seguinte, preparava-me para dormir, por volta das 22:30 horas, quando batidas na porta do quarto trouxeram-me, abruptamente, de volta à realidade profissional. Era o Sgt Borges, profissional exemplar e antigo, na função de Adjunto do Oficial-de-dia, avisando que havia estourado uma sublevação de militares de outras Forças e talvez o nosso quartel fosse um alvo. Aprontei-me de imediato, enquanto formulava algumas hipóteses. O fato é que, pelo cansaço e pelo envolvimento e emoção inerentes ao nascimento de um filho, não me aprofundara no noticiário dos últimos dias e mal soubera da cassação do mandato, pelo Judiciário, de um Sargento eleito deputado federal. Veio-me à mente, em primeiro lugar, a segurança dos integrantes do batalhão, dos quais cerca de 1200 soldados “granadeiros”, naquele horário em merecido repouso, e também das instalações, naquela época um quadrilátero totalmente permeável à uma ação dos sublevados, e apenas com uma sentinela em cada um dos seus vértices.

Não havia tempo para consultar alguém e nem conhecia a extensão e a gravidade dos fatos, e só depois de algumas horas ficaria sabendo que apenas mais três Oficiais estavam no Quartel, um deles o oficial de dia. Mas éramos Oficiais (e Sargentos, que foram se incorporando às atividades) e não há Exércitos distintos. Assim, agimos como, por certo, agiriam, hoje, os Oficiais e Sargentos atuais, respeitando os valores da disciplina, da hierarquia e, sobretudo, da lealdade, os quais tem sido cultuados como orientadores da ação permanente da Força.

Saindo do meu alojamento, decidi-me a levar três soldados e um Cabo (Velo) para simplesmente dobrar os postos existentes, o que efetuei em poucos minutos. Retornando à minha Companhia (2ª Cia de Fuzileiros) encontrei-me com o Cap. Francisco José Schimidlin de Castro e, após uma rápida troca de idéias, tomamos duas providências :

-ele, como responsável pelo setor de transportes, acionou todas as viaturas e as reuniu no pátio interno do Quartel, aumentando a segurança do precioso material e, ao mesmo tempo, deixando-o em condições de pronta utilização quando necessário;

-da minha parte, mandei “tocar alarme e preparar” (basicamente acordar, colocar o uniforme e se armar) à 2ª Cia de Fuzileiros, verificando os sargentos que estavam presentes para comandar os pelotões e, em seguida, tomei a mesma providência quanto à 4ª Cia de Fuzileiros. Saberíamos mais tarde que toda essa agitação – viaturas e pessoal - foi determinante para que os rebelados, que já se achavam no fundo do quartel, relutassem em tentar conquistá-lo.

Informado da presença do Maj Hernani de Azevedo Henning, oficial do Estado-Maior do batalhão, no Pavilhão de Comando, fui ao seu encontro, ocasião em que, com sua calma e eficiência habituais, me informou da presença muito provável de rebelados na área do fundo do Quartel. Rapidamente, lhe dei conta que reforçara os dois postos no fundo do quartel e, agora em desabalada carreira, retornei aos dois locais onde, para minha tranqüilidade, os encontrei sãos e salvos e a postos, como determinado, providenciando para que permanecessem mais próximos do aquartelamento. O cabo Veloso, a quem eu dera uma área para se instalar, decidira recuar um pouco mais, obedecendo a instrução militar recebida, de fugir à claridade da lua, o célebre “ver sem ser visto”. Em toda minha vida profissional poucas vezes uma instrução teve um efeito tão importante...

Como combinara com o Maj Henning, determinei que a 4ª Cia se desdobrasse nos fundos (lateral oeste) do Quartel com ordens taxativas de prender e, se necessário, atirar em quem se aproximasse. Nesse desdobramento, e em operações futuras, destaco a atuação do Sgt Barros, daquela subunidade, pelo pronto atendimento às determinações e transmissão de confiança aos jovens soldados. O mesmo procedimento foi adotado em relação à 2ª Cia que foi desdobrada na lateral Norte do batalhão, então um espesso cerrado e onde, muitos anos mais tarde, eu estaria me instalando como E-3, no aquartelamento da 3ª Bda Inf e, antes de passar para a Reserva, seria Subchefe e Chefe de importante seção do Gabinete do Ministro do Exército. Coincidências...mas valem ser lembradas, pois, durante todos esses anos, mudaram minhas atividades, permaneceram porém – ativos ou latentes - os mesmos problemas que, com nuances diferentes, atormentam o Brasil, até os dias atuais, mantendo-se o Exército voltado sempre para suas missões constitucionais.

Enquanto diversos oficiais e sargentos chegavam ao BGP, no quartel da PE o seu Cmt e alguns Oficiais resolveram, por desconhecerem a situação, entrar pelos fundos do quartel, quando foram presos pelos revoltosos e conduzidos à Base Aérea de Brasília, local controlado pelos revoltosos e cárcere dos oficiais. Dois tenentes da PE, entretanto, Haraldo de Oliveira (Turma de 1957) e Eduardo de Oliveira Fonseca (Turma de 1958), entraram normalmente no seu quartel e, horas mais tarde, conforme depoimento verbal feito a mim, organizaram um destacamento e se dirigiram para o DTUI (Departamento de Telefones Urbanos e Interurbanos), equivalente a uma central telefônica do DF, situada na Asa Sul, quadras 400, até então em poder dos amotinados. De fato, durante a noite e parte da madrugada, os quadros sublevados da Marinha e da Aeronáutica, passaram a controlar não só esse órgão como também assumiram prédios militares na Esplanada dos Ministérios, além de se instalarem com farto armamento nos fundos dos já citados quartéis do Exército. Os dois tenentes reassumiram o DTUI, de forma vigorosa e até um pouco fora dos padrões habituais, chegando a perseguir alguns militares amotinados que debandaram em correria pelas quadras. Em situações excepcionais, impõe-se iniciativa do Cmt e também medidas excepcionais. Na área dos quartéis, lenta e seguramente, alargou-se o cerco defensivo das duas companhias em torno do BGP, objetivando garantir a inviolabilidade do mesmo.

O Cmt do BGP, Cel. Raymundo Netto Corrêa, deslocou-se para a esplanada, assumindo, no prédio do Ministério do Exército, o Comando da 11ª Região Militar, tendo em vista que o seu comandante – Gen Fico – encontrava-se fora da guarnição. Com ele seguiu, entre outros, o Ten André Leite Pereira Filho (Turma de 1959), com um efetivo de soldados granadeiros para reforçar a guarda daquele ministério. Quando esse pelotão preparava-se para formar o perímetro de segurança do Ministério, três ou quatro amotinados que controlavam o vizinho Ministério da Marinha, investiram, atirando contra o mesmo. Naturalmente os soldados, em seu inesperado “batismo de fogo”, se protegeram, aguardando ordens, enquanto o Ten. André, tomou a posição deitado e, depois de concluir a montagem da metralhadora Madsen que estava próxima, passou a atirar contra os atacantes. Com o passar dos segundos, refeitos da surpresa, os soldados da guarda e outros do reforço recém-chegado também reforçaram o fogo, obrigando os atacantes a refluírem para o seu prédio, com algumas baixas.

O Sub-Cmt do BGP, Cel Inf Antonio Barbosa de Paula Serra, assumiu o comando operacional do BGP e, já garantida a segurança física do aquartelamento, organizou a coluna motorizada constituída por caminhões militares e ônibus civis transportando o maior efetivo possível do BGP, tendo à frente, em posição para eventual tiro horizontal, os canhões da Bateria Independente de Artilharia, para a ação de limpeza final na Base Aérea e na Área Alfa (Marinha). Quando iniciamos o deslocamento, cerca de 0900 horas, no pátio do BPE a tropa pára-quedista ali aquartelada fazia treinamentos para “controle de tumultos” não havendo, entretanto seu emprego prático nas ações.

A tropa dirigiu-se, na direção Sul, pelo EPIA (Eixo Principal de Indústria e Abastecimento), via que praticamente faz parte da ligação do Sul com o Norte e Nordeste do Brasil, fixando seu Cmt, como primeiro objetivo a liberação da Base Aérea. Para isso determinou-me que, com um pelotão, cumprisse uma proteção do flanco da tropa, na Rodovia 040/020, próximo ao cruzamento com a avenida que, dali, se destina à região do Aeroporto. Estabeleci as medidas necessárias, face ao controle dos passageiros dos veículos, e a uma possível ação por parte dos revoltosos, vindos do sul, pela mesma rodovia. Foram tomadas todas as medidas para tal, embora o efetivo fosse um tanto reduzido e a missão envolvesse atividades de controle policial e, simultaneamente, atividades de combate, pois deveria ficar em condições de um embate com eventuais grupos de amotinados oriundos da área Alfa. Isso incluía, principalmente, o posicionamento das metralhadoras e a “amarração” (fixação dentro de certos limites) do seu tiro, evitando que um eventual tiro livre atingisse pessoas não envolvidas no conflito.

Na Base Aérea, foram libertados os oficiais presos, os quais, ainda conforme relatos verbais, *“deveriam aderir ao movimento em 24 horas ou serem executados” justiça almejada pelos líderes esquerdistas como padrão para o País o que, de certa maneira, se repete até os dias atuais.* Durante essa fase, o Cel Serra, reavaliando a minha missão inicial e conhecedor de outros dados sobre o efetivo da Área Alfa (objetivo 2), houve por bem enviar para meu auxílio, sucessivamente, os pelotões comandados pelos Ten Fernando Cardoso (Turma de 1959) e Ten Augusto César Monteiro Teixeira

Coimbra (Turma de 1960). Com mais dois pelotões a meu comando pude, realmente, rearticular melhor o dispositivo, pois o eventual embate com tropas de amotinados vindas em sentido contrário seria uma hipótese bastante desconfortável para um pelotão apenas. A missão prosseguiu com os incidentes normais como a detenção temporária de duas pessoas – um civil e um militar - mas sem maiores problemas, durando três horas até o retorno do grupamento do Cel Serra.

Reiniciado o deslocamento, atingimos a pista de acesso à Área Alfa (Marinha), onde, pela madrugada, um modesto estafeta motorizado de uma empresa fora metralhado pela guarda dos amotinados. O reconhecimento efetuado indicou que os integrantes daquela corporação estavam em forma, desarmados, comandados por um Sub-Oficial, aguardando a chegada do comboio para se render. Feito o contato, aproximadamente 200 amotinados, no decorrer do final da tarde, foram enviados presos para o Ministério do Exército, onde permaneceram detidos para as conseqüentes averiguações legais. Executamos o reconhecimento da área do aquartelamento, o que deixou claro o saque efetivado contra um depósito de armamento, e a guarnecemos para o nosso pernoite. Finalmente, por volta das 2030 horas, consumimos a primeira refeição daquele dia, que fora memorável em todos os sentidos. Não deve ser esquecido que, nessa segunda parte do deslocamento, em clara demonstração de amor à sua Força, incorporaram-se ao nosso grupamento, em trajes civis, com suas armas pessoais e um carro particular, quatro oficiais daquela base da Marinha, em estreita e útil cooperação com o desenvolvimento do nosso trabalho.

Em menos de 24 horas, o Exército, basicamente representado pelo BGP, dera uma brilhante demonstração de Disciplina, Eficiência e Lealdade, sob o exemplo de seus Cmt – Cel Raymundo e Cel Serra – e com a dedicação de vários oficiais e sargentos que, em conjunto e mesmo em ações isoladas, expuseram suas vidas. Foi particularmente o BGP a única Unidade constituída a debelar o movimento sedicioso, com a participação de frações da Bateria Independente e da PE. Outras unidades e efetivos poderão ter contribuído, a posteriori, nas atividades de rescaldo das operações, mas a repressão foi totalmente conduzida pelo citado batalhão. Outros oficiais, sargentos e praças do BGP tiveram suas participações efetivas e, com certeza, tão ou mais importantes, mas não temos conhecimento suficiente dos fatos para agregá-los a esse testemunho. Deve ser ressaltado, entretanto, que mesmo agindo isoladamente, a atitude e a atividade desses profissionais convergiam para um ponto único final em face da existência, na formação dos profissionais da guerra do princípio fundamental da “*Unidade de Doutrina*”. No decorrer das operações, como é cabalmente demonstrado no texto, as condições permitiram que aflorasse outro princípio básico, que é o da “*Unidade de Comando*”, que surge na atuação do Cel Raymundo, Cmt do BGP, ao assumir o Comando Militar do Planalto e, do Cel Serra, Sub-Cmt do BGP, ao assumir o Comando Operacional das ações.

Encerramos esta síntese, para compartilhar com os leitores algumas observações referentes aos fatos citados e muito pertinentes, considerando-se a atual conjuntura brasileira. A primeira delas é de que o BGP deu uma vigorosa demonstração

do seu preparo e, como Unidade de Infantaria, da real liderança de seus oficiais sobre suas frações, acompanhados com dedicação profissional pela maioria maciça de seus sargentos. Daí julgamos mais justo titular o infeliz evento gerado pela esquerda de **“Levante de Brasília”** e não de outro nome que, mesmo genericamente, pudesse ligá-lo à classe dos sargentos, o que seria uma afronta àqueles profissionais que, particularmente no âmbito do BGP, demonstraram a excelência de seus papéis, exercidos na plenitude do amor à Instituição. Quanto aos soldados, em sua maioria do interior de São Paulo, imbuídos dos sentimentos de brasilidade e de respeito às autoridades, participaram, como militares e como verdadeiros cidadãos, dessa página brilhante da História Militar, confirmando assim o conhecido dito do Gen Osório de que *“é fácil a missão de comandar homens livres, basta indicar-lhes o caminho do dever”*.

Ainda hoje, temos o prazer de vez por outra, contatarmos com alguns deles e, nessas oportunidades, sempre aflora o orgulho natural de terem cumprido a missão que se impunha. Jovens ainda, com 19 ou 20 anos, já haviam atendido ao primeiro chamado legal da Pátria quando se incorporaram a um Quartel, no ainda desconhecido Centro-Oeste, longe do conforto de suas residências e da companhia de seus familiares e, no evento narrado, cumpriram, na prática, com o único juramento profissional que impõe como limite máximo o *sacrifício da própria vida...ao serviço da Pátria* e a defesa de sua *honra, integridade e Instituições!* Traçaram eles aos seus pósteros a conduta reta de que o atendimento à hierarquia, à disciplina e à lealdade são perfeitamente compatíveis com a camaradagem entre todos, independente de postos e graduações.

Resta ainda uma dúvida: qual a justificativa para que o Exército e, em especial, o BGP, não comemore uma data tão cara e plena de ensinamentos para todos os militares? Não se constituíram esses fatos em exemplo concreto e louvável de Lealdade, Hierarquia, Disciplina e Eficiência? Não é do conjunto de fatos como esse que se constitui a História – de uma Unidade e, em consequência, de todo o Exército – e se fundamenta a Tradição, valor inquestionável para uma Instituição e para uma Sociedade que desejamos forte, ampla e segura?

Reconheçamos que, à época, Brasília era ainda algo remoto, tanto na mídia quanto na mente do brasileiro e, até mesmo, na de muitos colegas. Mas se analisarmos, com a clareza que o tempo aprimora, veremos que o Exército e, em especial o Batalhão da Guarda Presidencial, deixou claro, como numa espécie de *avant-première*, seis meses antes do Movimento de 64, qual a posição a ser tomada, em relação à tentativas de qualquer ideologia totalitária que tentasse se impor no Brasil. E como *“não há Exércitos distintos”* e *“ao longo da História, temos sido sempre o mesmo Exército de Caxias, referência em termos de ética e de moral, alinhado com os legítimos anseios da sociedade brasileira”*, em que pesem as dificuldades eventuais, temos a tranqüilidade necessária para acompanhar e, se necessário, até mesmo participar do desenrolar da História, dentro do quadro da contínua cooperação do nosso Exército que, após 1985, sob a alegação de ser o “Grande Mudo”, vinha correndo o risco de transformar-se no “Pequeno Omisso”.

Brasília, 04Set2007

E-mail : [santosary@uol.com.br](mailto:santosary@uol.com.br)

Edição: Delegacia da AHIMTB/RS – Luiz Ernani Caminha Giorgis, Cel – Delegado  
(lecaminha@gmail.com)